

ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DOS 2º E 3º CICLOS DE SÃO JULIÃO DA BARRA

Capítulo I - Da Natureza e fins

Artigo 1º - Denominação

A Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola Básica dos 2º e 3º ciclos de São Julião da Barra, adiante designada por Associação, é uma associação voluntária, sem fins lucrativos, estabelecida por tempo indeterminado e tem a sua sede na mesma escola.

Artigo 2º - Finalidade

A Associação tem por finalidade essencial congregar, coordenar, dinamizar e representar os pais ou encarregados de educação dos alunos da Escola Básica dos 2º e 3º ciclos de São Julião da Barra, em tudo quanto respeita à educação e ensino dos seus filhos ou educandos, assegurando a defesa e efetivação dos direitos e deveres que lhes assistem de orientarem e participarem ativamente na educação integral dos seus filhos ou educandos, regendo-se pelos presentes estatutos e, nos casos omissos, pela lei geral.

Artigo 3º - Independência

1. A Associação exercerá a sua atividade independentemente de qualquer ideologia política ou religiosa, procurando assegurar que a educação dos alunos se processe de acordo com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, a Declaração dos Direitos da Criança e o preceituado na Constituição da República Portuguesa.
2. A Associação procurará cumprir os seus fins, salvaguardando sempre a sua total independência do Estado ou de quaisquer organizações oficiais ou privadas.

Artigo 4º - Atribuições

São atribuições da Associação, essencialmente:

1. Contribuir para a resolução de situações que contendam com as finalidades previstas no artigo 2º dos presentes estatutos;
2. Aproximar os pais ou encarregados de educação da Escola, tendo como finalidade a melhoria do diálogo na comunidade escolar, contribuindo para que aqueles possam cumprir integralmente a sua missão de educadores;
3. Coordenar e dinamizar as diversas ações de participação dos pais ou encarregados de educação na vida da Escola, contribuindo para o desenvolvimento equilibrado da personalidade do aluno;
4. Colaborar com a Escola em atividades de caráter, nomeadamente pedagógico, cultural e social, acompanhando o ensino, a gestão e as atividades da Escola, dando contributos que visem a sua otimização, propugnando por uma política de ensino que respeite e promova os valores fundamentais da pessoa humana;
5. Participar nos órgãos pedagógicos da Escola e outros, contribuindo para o estabelecimento do diálogo necessário para a recíproca compreensão e colaboração entre todos os membros da mesma e podendo convocar para as Assembleias Gerais os legítimos representantes da Escola, nomeadamente dos docentes, na pessoa do seu Coordenador;

6. Intervir na organização das atividades de complemento curricular, sobretudo nas da área escola e nas de carácter recreativo, cultural, de desporto escolar e de ligação meio-escola;
7. Colaborar com as associações congéneres, federação concelhia e confederação em ordem à consecução dos fins previstos no artigo 2, visando a representação dos seus interesses junto do Ministério da Educação;
8. Colaborar com os órgãos da Escola e demais entidades na resolução dos problemas e carências que afetem o regular funcionamento do ensino por esta ministrado, analisando as situações lesivas dos interesses dos filhos ou educandos dos associados, envidando todos os esforços para que aquelas não se concretizem e dando a colaboração legítima para a solução mais conveniente;
9. Dinamizar e promover atividades para a ocupação de tempos livres dos filhos ou educandos, nomeadamente em período de férias e eventos que melhorem o relacionamento entre pais ou encarregados de educação, professores e alunos;

Capítulo II - Dos associados

Artigo 5º - Associados

São associados, por direito próprio, os pais e os encarregados de educação dos alunos da Escola Básica dos 2º e 3º ciclos de São Julião da Barra, que voluntariamente se inscrevam na Associação em cada ano escolar.

Artigo 6º - Direitos

Constituem direitos dos associados:

1. Participar nas Assembleias Gerais e em outras atividades da Associação;
2. Eleger e serem eleitos para os órgãos sociais da Associação;
3. Utilizar os serviços da Associação para todos os problemas relativos aos seus filhos ou educandos, no âmbito do definido no artigo 2º;
4. Serem mantidos ao corrente de todas as atividades da Associação;
5. Beneficiarem de descontos junto das entidades parceiras da Associação.

Artigo 7º - Deveres

Constituem deveres dos associados:

1. Cumprir os presentes estatutos;
2. Colaborar nas atividades da Associação, e contribuir para a realização da sua finalidade;
3. Exercer com zelo e diligência os cargos para que foram eleitos;
4. Pagar anualmente a quota que for fixada em Assembleia Geral para o ano escolar corrente.

Artigo 8º - Perda de qualidade

Perde a qualidade de associado:

1. Os pais ou encarregados de educação cujos filhos deixem de estar matriculados na escola;
2. A seu pedido, dirigido por escrito à Direção em qualquer ocasião do ano;
3. Por deliberação da Direção, ratificada pela Assembleia Geral;

4. Por deliberação da Assembleia Geral, na sequência de reconhecida infração aos estatutos;
5. Não renovando a inscrição em cada ano escolar.

Capítulo III - Dos órgãos sociais de gestão

Artigo 9º - Órgãos sociais

1. São órgãos sociais da Associação: a Direção, a Assembleia Geral e o Conselho Fiscal,
2. O exercício dos cargos nos órgãos sociais de gestão é gratuito.

Artigo 10º - Da Direção

1. A Associação é gerida por uma Direção formada no mínimo por cinco e no máximo por nove membros, sempre em número ímpar: presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e vogais eleitos anualmente em Assembleia Geral cujo mandato corresponde ao ano escolar.
2. O presidente é o coordenador e dinamizador de toda a ação do Executivo, sendo, na sua ausência, representativo do mesmo, o vice-presidente.
3. São atribuições da Direção:
 - 3.1. Prosseguir os objetivos para que foi criada a Associação;
 - 3.2. Elaborar e propor o plano de atividades e o orçamento;
 - 3.3. Dar cumprimento às deliberações da Assembleia Geral e dar execução a todas as atividades que se enquadrem na finalidade da Associação;
 - 3.4. Gerir os bens da Associação;
 - 3.5. Representar a Associação e, em seu nome, defender os seus direitos e assumir as suas obrigações;
 - 3.6. Submeter à Assembleia Geral o relatório e contas anuais para discussão e aprovação;
 - 3.7. Propor à Assembleia Geral o montante da quota a fixar;
 - 3.8. Admitir e exonerar associados, de acordo com os estatutos.
4. A Direção reunir-se-á ordinariamente, pelo menos, uma vez por mês e extraordinariamente sempre que o seu presidente ou a maioria dos seus membros o solicite, deliberando quando estiverem presentes a maioria dos seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria simples e tendo o presidente voto de qualidade, em caso de empate.
5. Trimestralmente a Direção poderá convidar os pais ou encarregados de educação representantes de turma para participar na sua reunião ordinária, para discussão das situações resultantes das reuniões intercalares de turma, deteção de problemas e recolha de sugestões dos associados.
6. A Direção poderá solicitar a presença do Presidente do Conselho Fiscal nas suas reuniões, como assessor.

Artigo 11º - Da Assembleia Geral

1. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.

§ Único – Poderá, a convite da Direção ou da Mesa da Assembleia Geral, ter assento, apenas com atribuições consultivas, o representante dos docentes, na pessoa do seu Coordenador, ou a quem este o delegar.

2. A Assembleia Geral considera-se legalmente constituída se estiverem presentes, pelo menos, mais de metade dos associados, funcionando meia hora mais tarde com qualquer número de associados.
3. A Assembleia Geral é presidida por uma Mesa da Assembleia Geral, constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, eleitos anualmente em Assembleia Geral cujo mandato corresponde ao ano escolar.
4. O presidente da mesa será substituído, na sua falta, pelo vice-presidente.
5. São atribuições da Assembleia Geral:
 - 5.1. Apreciar e votar as propostas de alteração dos estatutos em Assembleia Geral expressamente convocada para o efeito e por um número não inferior a três quartos dos associados presentes;
 - 5.2. Eleger e exonerar, por voto secreto, os membros dos órgãos sociais da Associação;
 - 5.3. Discutir e dar parecer sobre as atividades da Associação;
 - 5.4. Fixar anualmente a quotização mínima dos associados, mediante proposta da Direção;
 - 5.5. Deliberar sobre a perda da qualidade de associado, no caso dos n^{os} 2), 3) e 4) do artigo 8º;
 - 5.6. Discutir e aprovar o relatório e contas anuais;
 - 5.7. Dissolver a Associação;
 - 5.8. Pronunciar-se sobre outros assuntos que sejam submetidos à sua apreciação.
6. A Assembleia Geral reunir-se-á:
 - 6.1. Ordinariamente no início de cada ano escolar, para discutir e aprovar o relatório e contas anuais e para eleger os órgãos sociais;
 - 6.2. Extraordinariamente, por iniciativa do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, a pedido da Direção, do Conselho Fiscal ou a pedido subscrito pelo menos por 20 associados.
7. A Assembleia Geral será convocada com uma antecedência mínima de quinze dias, por circular enviada por via postal, por via eletrónica, afixada na vitrina da Associação de Pais ou através de órgão de informação, indicando a data, hora, local e ordem de trabalhos e reunirá em primeira convocatória estando presente a maioria dos seus associados e em segunda convocatória 30 minutos depois, qualquer que seja o número de associados presentes.
8. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples de votos dos associados presentes, exceto as sobre as alterações aos estatutos, que exigem voto favorável de três quartos dos associados presentes, e as sobre a dissolução da Associação, que requerem o voto favorável de três quartos de todos os associados.
9. Cada associado tem direito a um voto, independentemente do número de filhos ou educandos a frequentar a escola.
10. Cada associado poderá fazer-se representar por outro, por simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, sendo que nenhum associado poderá usar mais de uma representação.

Artigo 12º - Do Conselho Fiscal

1. O Conselho Fiscal é constituído por um presidente e dois vogais, eleitos anualmente em Assembleia Geral cujo mandato corresponde ao ano escolar.
2. São atribuições do Conselho Fiscal:

- 2.1. Fiscalizar as contas, sempre que o entenda conveniente, verificar a escrituração e exigir que ela esteja em ordem, de modo a refletir a situação financeira da Associação;
 - 2.2. Dar parecer sobre qualquer assunto, dentro da sua competência, mediante o pedido da Mesa da Assembleia Geral ou da Direção;
 - 2.3. Dar parecer sobre o relatório e contas anuais;
 - 2.4. Verificar a legalidade e conformidade estatutária das despesas efetuadas.
3. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e extraordinariamente a pedido do seu presidente, dos seus vogais, da Mesa da Assembleia Geral, do presidente da Direção ou da maioria dos membros desta.

Capítulo IV - Eleições

Artigo 13º - Convocatória

1. Os membros dos órgãos sociais da associação são eleitos anualmente por sufrágio direto e secreto.
2. As eleições efetuar-se-ão na primeira reunião ordinária anual da Assembleia Geral, que será convocada com a antecedência mínima de quinze dias e funcionará durante a Assembleia como Assembleia Eleitoral.
3. Da respetiva convocatória constarão:
 - a) O dia, o local, a hora e a ordem de trabalhos;
 - b) Horário de abertura e encerramento da urna.

Artigo 14º -Caderno Eleitoral

1. Para efeitos eleitorais são considerados membros no pleno gozo dos seus direitos, todos os que cumpram as condições expressas no Capítulo II, Art.ºs 5.º, 6.º e 7.º, destes Estatutos.
2. Qualquer membro efetivo poderá reclamar, por escrito, da inclusão ou omissão de qualquer filiado, devendo as reclamações dar entrada na sede da associação até sete dias antes da data designada para a Assembleia Eleitoral.
3. As reclamações serão apreciadas pela Mesa da Assembleia-geral até ao final do 2º dia útil seguinte ao termo do prazo fixado no número anterior, com conhecimento da decisão ao associado reclamante, não havendo recurso desta decisão.

Artigo 15.º - Candidaturas

1. As listas candidatas deverão dar entrada na sede da associação até dez dias antes do ato eleitoral.
2. As candidaturas podem ser apresentadas por associados que cumpram as condições expressas no Capítulo II, Art.º 5.º, destes Estatutos, em número não inferior a 11 membros efetivos.
3. Qualquer membro efetivo pode ser subscritor da sua própria candidatura, mas é-lhe interdito subcrever mais de uma lista.

4. Todas as candidaturas deverão ser acompanhadas de declaração do associado proposto, no qual se confirme a aceitação do cargo a que é candidato.
5. A apresentação do Plano de Atividades para o mandato a que se candidata é obrigatória no ato da apresentação da lista.
6. Na apresentação das candidaturas, os proponentes deverão indicar qual de entre eles será mandatário da lista e exercerá as funções de vogal verificador, fazendo, como observador, parte da Comissão Eleitoral.

Artigo 16.º - Votação

1. A votação efetuar-se-á por escrutínio secreto, tendo como horário o indicado na convocatória, apenas podendo votar os membros efetivos em pleno gozo dos seus direitos à data da eleição.
2. Haverá uma única mesa de voto presidida pela Comissão Eleitoral, que será composta pelos elementos da mesa da assembleia-geral, mais os mandatários das listas, sendo estes estritamente observadores.
3. Encerrada a urna, proceder-se-á de imediato ao escrutínio, sendo considerada vencedora a lista que obtiver mais votos.

Capítulo V - Disposições Gerais

Artigo 17º - Receitas

1. São receitas da Associação:
 - 1.1. As quotas dos associados;
 - 1.2. Os juros provenientes de eventuais depósitos bancários;
 - 1.3. Os subsídios e donativos que eventualmente sejam atribuídos;
 - 1.4. Outras receitas extraordinárias.
2. As disponibilidades financeiras da Associação poderão ser depositadas num estabelecimento bancário, em conta própria da Associação.
3. A quotização anual mínima será fixada pela Assembleia Geral mediante proposta da Direção.
4. Poderão ser dispensados do pagamento de quotas os pais ou encarregados de educação dos alunos subsidiados pelo S.A.S.E., mediante decisão da Direção.

Artigo 18º - Responsabilização

A Associação obriga-se em matéria das suas atribuições pela assinatura conjunta de dois membros da Direção, sendo uma obrigatoriamente a do presidente ou do tesoureiro.

Artigo 19º - Filiação e associação

1. A Associação poderá, por proposta da Direção, estabelecer relações e filiar-se com outras associa-

ções congêneres a nível local ou nacional, sem perda da sua independência e identidade de princípios e finalidades.

2. A Associação poderá estabelecer acordos com outras organizações de carácter cultural, educativo, musical, saúde ou desportivo, desde que desses acordos resultem vantagens coletivas para os filhos ou educandos dos seus associados.

Artigo 20º - Dissolução

No caso de dissolução da Associação, os seus bens reverterão para a Escola, salvo determinação em contrário da Assembleia Geral.

Artigo 21º - Direito aplicável

A Associação rege-se pelos presentes estatutos e, subsidiariamente, pela lei sobre associações de pais e pela lei geral sobre associações.